



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

# **7º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

NOVA FRIBURGO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE  
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

**- 2022 -**

## DIREITO CONSTITUCIONAL

1) **Acerca do controle de constitucionalidade, analise as alternativas abaixo, e assinale a opção correta.**

**I – É possível haver controle de constitucionalidade tanto de forma preventiva como repressiva;**  
**II – O recurso cabível para impugnar causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo desta Constituição, é o Recurso Extraordinário;**  
**III – Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual.**

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas apenas as afirmações I e II;
- c) Estão corretas apenas as afirmações I e III;
- d) Estão corretas apenas as afirmações II e III;
- e) Apenas a alternativa III está correta.

2) **Analise as alternativas abaixo acerca dos cargos públicos na Constituição da República de 1988, e assinale a opção correta.**

**I – Em regra, o candidato possui direito subjetivo à nomeação quando aprovado dentro do número de vagas previsto no edital do concurso público;**  
**II – Para o provimento de cargos em comissão é necessária a realização de concurso público de provas e títulos, com a participação da OAB em todas as suas fases;**  
**III – É possível a acumulação remunerada de dois ou mais cargos públicos, independentemente de sua natureza, quando houver compatibilidade de horários, desde que tenha havido aprovação prévia em concurso público para todos os cargos.**

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas apenas as afirmações I e II;
- c) Estão corretas apenas as afirmações I e III;
- d) Estão corretas apenas as afirmações II e III;
- e) Apenas a alternativa I está correta.

3) **Acerca da atuação da Advocacia Pública estadual, analise as alternativas abaixo e assinale a opção correta.**

**I – Cabe à Advocacia Pública estadual a defesa judicial e extrajudicial dos interesses legítimos do Estado, inclusive em arbitragens, se necessário;**  
**II – A contagem de prazo para as manifestações dos Estados e suas respectivas autarquias e fundações de direito público em processuais judiciais terá início a partir da intimação pessoal da Advocacia Pública;**  
**III – A Advocacia Pública exerce o controle externo de legalidade dos atos públicos, sendo-lhe vedado o controle interno de legalidade.**

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas apenas as afirmações I e II;
- c) Estão corretas apenas as afirmações I e III;
- d) Estão corretas apenas as afirmações II e III;
- e) Apenas a alternativa II está correta.

4) **Assinale a alternativa que não se refere a um imposto estadual, segundo o Sistema Tributário Nacional atualmente vigente na Constituição da República de 1988:**

- a) Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- b) Imposto sobre propriedade de veículos automotores.
- c) Imposto sobre transmissão *causa mortis* de quaisquer bens ou direitos.
- d) Imposto sobre doação de quaisquer bens ou direitos.
- e) Imposto sobre produtos industrializados.

5) Analise as alternativas abaixo acerca da Súmula Vinculante na Constituição da República de 1988, e assinale a opção correta.

I – Segundo a Constituição de 1988, o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei;

II – A Constituição de 1988 dispõe que, dos atos administrativos ou decisões judiciais que contrariarem a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicarem, caberá Mandado de Segurança diretamente ao Supremo Tribunal Federal;

III – Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas apenas as afirmações I e II;
- c) Estão corretas apenas as afirmações I e III;
- d) Estão corretas apenas as afirmações II e III;
- e) Apenas a alternativa I está correta.

6) Acerca da organização da Administração Pública na Constituição da República de 1988, analise as alternativas abaixo e marque a opção que não representa entidade integrante da Administração Pública Indireta:

- a) Autarquias;
- b) Empresas Públicas;
- c) Sociedades de Economia Mista;
- d) Organizações Sociais;
- e) Fundações Públicas de Direito Público.

7) A Emenda Constitucional nº 19/98, buscando realizar uma reforma administrativa e modernizar o Estado Administrativo Brasileiro, estabeleceu, no texto da Constituição da República, que Membros de Poder, detentores de mandato eletivo, Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais devem ser remunerados exclusivamente por uma parcela única, vedado o acréscimo de outras espécies remuneratórias. Que parcela é essa?

- a) Prêmio
- b) Abono
- c) Gratificação
- d) Subsídio
- e) Salário

8) Sobre a repartição constitucional de competências na Constituição da República de 1988, analise as alternativas abaixo, e assinale a opção correta.

I – Compete aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei;

II – É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios preservar as florestas, a fauna e a flora;

III – Compete privativamente aos Estados legislar sobre trânsito e transporte.

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas apenas as afirmações I e II;
- c) Estão corretas apenas as afirmações I e III;
- d) Estão corretas apenas as afirmações II e III;
- e) Apenas a alternativa II está correta.

9) Acerca do que dispõe a Constituição da República de 1988 sobre a repartição de poderes e o processo de edição de normas, analise as alternativas e marque a opção que completa adequadamente a lacuna na frase abaixo:

Compete privativamente ao Presidente República, dispor, mediante \_\_\_\_\_, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

- a) Emenda à Constituição.
- b) Lei complementar.
- c) Lei ordinária.
- d) Resolução.
- e) Decreto autônomo.

10) Acerca do processo de alteração das normas constitucionais, analise as alternativas e marque a opção correta.

A Constituição da República de 1988 pode ser emendada mediante proposta:

I - De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - Do Presidente da República;

III - De mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas apenas as afirmações I e II;
- c) Estão corretas apenas as afirmações I e III;
- d) Estão corretas apenas as afirmações II e III;
- e) Apenas a alternativa II está correta.

### DIREITO CIVIL

11) Acerca da sociedade limitada, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Por ser mais simples do que a sociedade por ações, a sociedade limitada é vedada de constituir conselho fiscal.
- b) Não é possível a constituição da sociedade limitada por uma única pessoa.
- c) Se o contrato social não dispuser em sentido contrário, a regência supletiva da sociedade limitada se dará pelas normas da sociedade anônima.
- d) Na sociedade limitada tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota.
- e) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

12) Uma saca de café e uma nota de 200 reais são bens:

- a) fungíveis e consumíveis.
- b) móveis e infungíveis.
- c) móveis e fungíveis.
- d) imóveis e divisíveis.
- e) imóveis e fungíveis.

13) De acordo com as disposições do Código Civil de 2002 acerca do domicílio, é **CORRETO** afirmar que:

- a) O domicílio do Estado pode ser qualquer cidade dentro do seu território.
- b) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- c) O domicílio de uma pessoa jurídica deve necessariamente ser o lugar onde funciona sua mais importante sede ou filial, não podendo seu estatuto eleger outro domicílio.
- d) A pessoa natural sem residência habitual não tem domicílio.
- e) A pessoa natural com várias residências terá seu domicílio no primeiro imóvel que tiver sido registrado em seu nome.

**14) A respeito dos bens públicos, marque a alternativa CORRETA:**

- a) Os bens públicos estaduais são inalienáveis.
- b) Os bens públicos de uso comum são penhoráveis.
- c) Os bens públicos não podem ser usucapidos.
- d) O prédio da Procuradoria Geral do Estado é um bem público dominical.
- e) A praia de Ipanema é um bem público de uso especial

**15) Quanto aos negócios jurídicos, todas as alternativas abaixo são corretas, EXCETO:**

- a) O termo inicial suspende tanto o exercício quanto a aquisição do direito.
- b) Os prazos de meses e anos expiram no dia de igual número do de início, ou no imediato, se faltar exata correspondência.
- c) Salvo se o permitir a lei ou o representado, é anulável o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.
- d) Se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva, e, pendente esta, fizer quanto àquela novas disposições, estas não terão valor, realizada a condição, se com ela forem incompatíveis.
- e) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.

**16) Nas obrigações:**

- a) divisíveis, havendo dois ou mais devedores, cada um será obrigado pela dívida toda.
- b) alternativas, pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- c) solidárias, o credor pode renunciar a solidariedade em favor de um, de alguns ou de todos os devedores.
- d) de dar coisa incerta, indicada pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
- e) de fazer, se a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, responderá este por perdas e danos.

**17) Alberto e Bruna assumem uma obrigação de pagar quantia certa a Cátia. O contrato prevê a solidariedade entre os devedores Alberto e Bruna perante a credora Cátia. Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O contrato não pode prever solidariedade, que só resulta da lei.
- b) Se Alberto pagar metade da dívida, exime-se de sua parte da obrigação e Cátia não poderá cobrar o resto da dívida dele.
- c) A propositura de uma ação de cobrança por Cátia contra Bruna importará renúncia da solidariedade contra Alberto.
- d) Se Alberto pagar integralmente a dívida não tem o direito de exigir de Bruna a sua quota.
- e) Cátia tem direito a exigir e receber de Alberto ou de Bruna, parcial ou totalmente, a dívida comum.

**18) A cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto, considera-se:**

- a) Termo inicial.
- b) Termo final.
- c) Solidariedade.
- d) Condição.
- e) Cláusula eventual futura e incerta.

**19) A respeito dos atos ilícitos, é INCORRETO afirmar que:**

- a) Comete ato ilícito aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral.
- b) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- c) Não constituem atos ilícitos os atos praticados em legítima defesa.

- d) Não constituem atos ilícitos os atos praticados no exercício regular de um direito reconhecido.
- e) Não constituem atos ilícitos a destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente, ainda que o autor pudesse remover o perigo sem destruir a coisa ou causar a destruição ou a lesão.

**20) Não é um defeito do negócio jurídico:**

- a) Simulação.
- b) Dolo accidental.
- c) Erro.
- d) Fraude contra credores.
- e) Estado de perigo.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**21) Constituem fontes formais do Direito Processual Civil:**

- a) as leis processuais, a doutrina e a jurisprudência;
- b) as leis processuais e as súmulas vinculantes;
- c) as leis processuais, a doutrina e as súmulas vinculantes;
- d) as leis processuais, a doutrina e os princípios gerais do direito;
- e) apenas o Código de Processo Civil.

**22) Qual das situações abaixo não viola o princípio da não surpresa?**

- a) a permissão do juiz para que seja ouvida, em audiência, testemunha não arrolada previamente pela parte interessada;
- b) a alteração de ofício da modalidade de liquidação de sentença para outra mais adequada, sem prévia intimação das partes;
- c) a falta de intimação de uma das partes para se manifestar sobre documento público juntado pela outra;
- d) a concessão de tutela de urgência sem que o réu seja previamente ouvido;
- e) a prolação de sentença que decide a causa com base em fato notório não debatido pelas partes.

**23) Sobre a eficácia da lei processual civil no tempo, assinale a alternativa correta:**

- a) a lei processual tem eficácia imediata, atingindo os processos em curso quando de sua entrada em vigor,
- b) a lei processual tem eficácia retroativa, atingindo os processos encerrados;
- c) a lei processual não tem eficácia imediata, atingindo apenas os processos que forem iniciados após sua entrada em vigor;
- d) a lei processual só retroage para beneficiar o réu;
- e) a lei processual tem eficácia imediata e retroativa, atingindo os processos em curso e os já encerrados.

**24) O princípio do juiz natural decorre, primeiramente, da necessidade de se garantir:**

- a) o acesso à justiça;
- b) a justiça social;
- c) a especialização da justiça;
- d) a imparcialidade do juiz;
- e) o duplo grau obrigatório de jurisdição.

**25) De acordo com o CPC/15, é caso de competência absoluta:**

- a) Da Justiça estadual, para ação em que o Estado e a União sejam réus;
- b) Do Juizado Especial Fazendário, para ações de baixa complexidade, independentemente do valor;
- c) Do foro da situação da coisa, para a ação possessória imobiliária;
- d) Do foro do domicílio do autor, para a ação proposta em face do Estado;
- e) Da Justiça Federal, para ações decorrentes de acidente de trabalho.

**26) Flávio propôs duas ações contra o Estado, alegando ter sido vítima de erro praticado pelo médico que o atendeu em determinado hospital estadual depois de um grave acidente. Na primeira ação, ele requer a condenação do Estado a pagar-lhe indenização por danos morais e estéticos, e, na segunda, pede a condenação do ente público a pagar-lhe pensão por ter ficado incapacitado para o trabalho. As ações foram distribuídas para Varas diferentes, ambas com competência fazendária, em datas diversas. Para reunir as duas ações no mesmo juízo, e assim evitar decisões conflitantes, o Estado pode alegar preliminarmente, na contestação do segundo processo distribuído:**

- a) Litispendência;
- b) Conexão;
- c) Coisa julgada;
- d) Falta de interesse processual;
- e) Identidade entre as duas ações.

**27) Dentre os direitos processuais abaixo, assinale o que assiste aos litisconsortes e *não* assiste aos *amicus curiae*:**

- a) colaborar com o juiz;
- b) manifestar-se nos autos;
- c) influenciar o juiz;
- d) interpor apelação;
- e) recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

**28) A coisa julgada material se distingue da coisa julgada formal porque:**

- a) a coisa julgada material permite a propositura de nova ação, enquanto a coisa julgada formal torna indiscutível a decisão;
- b) a coisa julgada material não impede a propositura de nova ação, desde que em outra comarca;
- c) só a coisa julgada formal torna indiscutível e imutável a decisão;
- d) só a coisa julgada formal pode ser atacada por meio de ação rescisória;
- e) só a coisa julgada material torna indiscutível e imutável a decisão.

**29) A respeito das nulidades, a regra geral do novo CPC pode ser expressa do seguinte modo:**

- a) A nulidade pode ser reconhecida de ofício, a qualquer tempo, mesmo se beneficiar a parte que lhe deu causa;
- b) Por força do princípio da instrumentalidade das formas, a nulidade só pode ser declarada se não for possível convalidá-la, independentemente de ter causado prejuízo a uma das partes;
- c) A nulidade pode ser sanada a qualquer tempo, desde que isso não cause prejuízo a nenhuma das partes;
- d) Havendo conflito entre os princípios da instrumentalidade das formas e o do devido processo legal, deve prevalecer o primeiro;
- e) O direito à duração razoável do processo impede o reconhecimento da nulidade depois de proferida sentença.

**30) Sobre o agravo de instrumento, assinale a alternativa correta:**

- a) O agravo de instrumento pode ser interposto contra decisões interlocutórias e atos ordinatórios;
- b) Apenas decisões interlocutórias que versem sobre as tutelas provisórias e o mérito do processo podem ser objeto de agravo de instrumento;
- c) Não cabe agravo de instrumento contra decisões proferidas em execução ou cumprimento de sentença;
- d) Cabe agravo de instrumento contra decisão que julga antecipadamente parcela do mérito;
- e) Não cabe agravo de instrumento contra decisão que exclui litisconsorte.